O Boletim de Conjuntura (BOCA) publica ensaios, artigos de revisão, artigos teóricos e empíricos, resenhas e vídeos relacionados às temáticas de políticas públicas.

O periódico tem como escopo a publicação de trabalhos inéditos e originais, nacionais ou internacionais que versem sobre Políticas Públicas, resultantes de pesquisas científicas e reflexões teóricas e empíricas.

Esta revista oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona maior democratizacão mundial do conhecimento.



BOLETIM DE CONJUNTURA

BOCA

Ano VI | Volume 19 | Nº 56 | Boa Vista | 2024

http://www.ioles.com.br/boca

ISSN: 2675-1488

https://doi.org/10.5281/zenodo.13673194

BOLETIM DE CONJUNTURA

www.ioles.com.br/boca

EFEITOS DA PANDEMIA DA COVID-19 SOBRE AS TAXAS DE FEMINICÍDIOS NO ESTADO DE MINAS GERAIS, BRASIL

Aline Aparecida da Silva[1]

Resumo

O objetivo deste estudo foi analisar os efeitos da pandemia da Covid-19 nas taxas de feminicídios por 100 mil habitantes em Minas Gerais entre 2013 e 2021. Utilizando dados dos municípios mineiros, obtidos do Índice Mineiro de Responsabilidade Social (IMRS), disponibilizado pela Fundação João Pinheiro. O estudo empregou um modelo econométrico de dados em painel dinâmico. Os resultados indicam que o período pandêmico esteve positivamente associado ao aumento das taxas de feminicídio, devido a fatores como maior tempo de convivência entre vítima e agressor, aumento da tensão doméstica e estresse financeiro. Além disso, a análise revelou que a proporção de jovens na população correlaciona-se com uma maior vulnerabilidade das mulheres jovens ao feminicídio. Por outro lado, as transferências do programa Bolsa Família mostraram-se inversamente relacionadas às taxas de feminicídio, evidenciando a eficácia dessa política na redução da violência extrema contra as mulheres. Esses achados sublinham a importância de políticas públicas direcionadas à mitigação da violência doméstica, especialmente em contextos de crises que restringem o convívio social.

Palavras-chave: Brasil; Feminicídios; Painel Dinâmico; Pandemia da Covid-19.

Abstract

The objective of this study was to analyze the effects of the Covid-19 pandemic on femicide rates per 100,000 inhabitants in Minas Gerais between 2013 and 2021. Using data from municipalities in Minas Gerais, obtained from the Índice Mineiro de Responsabilidade Social (IMRS), provided by the Fundação João Pinheiro, the study employed a dynamic panel data econometric model. The results indicate that the pandemic period was positively associated with an increase in femicide rates, due to factors such as increased time spent between victims and aggressors, heightened domestic tension, and financial stress. Additionally, the analysis revealed that the proportion of young people in the population correlates with greater vulnerability of young women to femicide. On the other hand, transfers from the Bolsa Família program were inversely related to femicide rates, highlighting the effectiveness of this policy in reducing extreme violence against women. These findings underscore the importance of public policies aimed at mitigating domestic violence, especially in contexts of crises that limit social interaction.

Keywords: Brazil; Covid-19 Pandemic; Dynamic Panel; Femicides.

INTRODUÇÃO

Em 11 de março de 2020 foi declarada pela OMS que o mundo estava vivenciando a pandemia da Covid-19. Essa classificação obrigava os países a tomarem medidas para reduzir o contágio da doença, haja vista que se tratava de um vírus altamente infeccioso. Nesse contexto, uma das medidas necessárias para controlar o contágio pelo vírus foi o *lockdown*, uma estratégia imposta pelos estados, que bloqueava a saída das pessoas de suas casas, com vistas a evitar a propagação do vírus. Como consequência, para além dos efeitos físicos da doença, a sociedade enfrentou impactos políticos, econômicos e culturais.

[1] Mestranda em Economia Doméstica pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). E-mail: aaparecida047@gmail.com

Entre as consequências da restrição de contato social, citam-se o desemprego, a renda, a educação e a violência doméstica. Com o maior tempo de permanência dentro dos domicílios em companhia de parceiros afetivos que são os principais agressores, as mulheres vítimas de violência doméstica tornaram-se ainda mais vulneráveis a agressões e também ao feminicídio, que é caracterizado pelo homicídio de mulheres por sua condição de mulher.

Embora o incremento nos feminicídios sugira que no período pandêmico houve aumento da violência de gênero, a literatura não apresenta um consenso no que se refere a essa relação. De fato, há estudos que demonstraram que as taxas de feminicídio diminuíram no período pandêmico, justamente em função da restrição dos serviços de atendimento às mulheres vítimas de violência doméstica. Paralelo a isso, somam-se os fatores da subnotificação dos casos de agressões e a falta da concretização da rede de proteção à mulher vitimizada.

Diante disso, o objetivo deste estudo é analisar efeitos da pandemia da Covid-19 sobre as taxas de feminicídios por 100 mil habitantes, no estado de Minas Gerais, entre o período de 2013 a 2021. Para tal, são utilizados dados do Índice Mineiro de Responsabilidade Social (IMRS), disponibilizados pela Fundação João Pinheiro. No contexto brasileiro, o estado de Minas Gerais se caracteriza enquanto economicamente heterogêneo, sendo o segundo no qual se obtém mais registros de feminicídio e o que possui a segunda maior população do país, o que justifica a realização da pesquisa. Por ser um tema recente, existe uma escassez relativa de trabalhos que se aprofundam nesta análise, particularmente em termos regionais. Sendo assim, essa pesquisa contribui para a ampliação da literatura brasileira sobre esse tópico, possibilitando o surgimento de novos debates.

Este estudo caracteriza-se por ser quantitativo e descritivo. Assim, para alcançar o objetivo proposto, serão realizadas análises descritivas e econométricas dos dados de feminicídio. Com a análise descritiva, busca-se investigar como se comportam as variáveis relacionadas ao fenômeno de forma isolada e na análise econométrica, são interpretadas as interações entre as variáveis e como estas afetam o fenômeno em estudo, neste caso, o feminicídio.

Este estudo está estruturado em cinco seções, sendo a primeira esta introdução. A segunda seção apresenta um referencial teórico que busca sintetizar aspectos essenciais relacionados à violência doméstica, o feminicídio e como estes se relacionam com a pandemia da Doença do Coronavírus 2019 - Covid-19 (OLIVEIRA; NASCIMENTO, 2020; SOUZA; NASCIMENTO, 2021). Em seguida são apresentados os aspectos metodológicos, que descreve a ferramenta estatística utilizada para se chegar nos resultados que respondem à questão de pesquisa. Posteriormente são apresentados os resultados obtidos juntamente com a discussão pertinente. Por fim, há a seção de considerações finais e as referências bibliográficas utilizadas na pesquisa.

REVISÃO DE LITERATURA

As estatísticas mais recentes revelam um aumento alarmante nos casos de feminicídio no Brasil. Em 2022, 699 mulheres foram assassinadas, representando um aumento de 10,8% em relação a 2019. A distribuição regional dos casos aponta o Sudeste como a região com o maior número de ocorrências (227), seguido pelo Nordeste, Sul, Centro-Oeste e, finalmente, o Norte. Esses dados sugerem que a pandemia de Covid-19 exacerbou a violência de gênero e, consequentemente, os feminicídios no país, já que a convivência diária intensificada durante o período de isolamento tornou mais evidentes as vulnerabilidades das mulheres diante de seus agressores (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2022).

De acordo com Senhoras (2021, p. 5),

> [...] o Brasil é o quinto país com maior taxa de homicídios de mulheres no mundo e o fato de as mulheres negras morrerem mais nos últimos dez anos, sendo a maioria dessas mortes originadas por preconceito, ódio e intolerância quanto ao gênero e raça, destacando o fato de ser o feminicídio a etapa final de um ciclo contínuo de violência.

O feminicídio é definido como um crime de gênero, resultando no assassinato de mulheres, conforme a legislação brasileira (BRASIL, 2015). Este crime geralmente surge de um histórico contínuo de violência doméstica e familiar que a mulher enfrenta ao longo de sua vida, representando o estágio mais extremo e grave dessa violência. Além disso, o feminicídio está enraizado em um contexto cultural patriarcal, onde as mulheres são sistematicamente colocadas em posições inferiores em relação aos homens, tornando-as mais vulneráveis a diversas formas de violência.

Cabe destacar que, foi apenas em 2015 que surgiu a Lei nº 13.104/2015, que trata especificamente dos casos de feminicídio. Essa legislação qualifica o feminicídio como um crime hediondo de homicídio, aumentando a pena para até 30 anos de prisão. Assim, violências cometidas contra mulheres em razão de seu gênero são abrangidas por essa lei, definindo o assassinato sob a perspectiva de gênero. Com isso, a legislação reforça a proteção dos direitos das mulheres no âmbito normativo e legal (BRASIL, 2015).

Assim, nota-se que a violência contra a mulher, especialmente o feminicídio, é um fenômeno complexo, influenciado por múltiplos fatores sociais, culturais e econômicos. Estudos internacionais têm explorado essa problemática sob diversas perspectivas, destacando sua natureza multidimensional e multifatorial (ARENAS-ARROYO; FERNANDEZ-KRANZ; NOLLENBERGER, 2020; MOSCOSO, 2021; CASTILLO; MOSCOSO, 2022; JARA, 2023).

Considerando que a violência doméstica, e sua expressão mais extrema, o feminicídio, ocorre predominantemente pelas mãos do parceiro íntimo da vítima, é razoável supor que a maior permanência no domicílio com o agressor, devido às medidas restritivas necessárias para evitar o contágio da Covid-19, tenha contribuído para o aumento dos casos de violência doméstica. Adicionalmente, a saúde mental de muitas pessoas deteriorou, as crises financeiras se intensificaram e com isso, o conflito intramarital aumentou, exacerbando a violência (RASHID SORON *et al*., 2021).

A pandemia da Covid-19 trouxe à tona não apenas uma ameaça sanitária, mas também um aumento alarmante na violência de gênero, particularmente no feminicídio. Pesquisas realizadas nos Estados Unidos mostraram que um terço dos defensores das mulheres que sofrem violência de gênero relataram um aumento nos feminicídios durante a pandemia, exacerbado por um crescimento nas vendas de armas e munições. A forte correlação entre o acesso a armas de fogo e o aumento nas taxas de feminicídio, assim como a relação entre desemprego masculino e homicídio de parceiras íntimas, destacam a gravidade da situação. Além disso, o feminicídio afeta desproporcionalmente mulheres de cor, com taxas significativamente mais altas entre mulheres indígenas e negras, que enfrentam esses crimes em idades mais jovens. A interseccionalidade entre gênero, raça e classe revela como essas desigualdades se constroem e agravam, criando vulnerabilidades específicas para mulheres de comunidades marginalizadas (SUTTON; BEECH, 2024).

Um estudo realizado na Bélgica com profissionais que atuam diretamente com mulheres vítimas de violência doméstica revelou que o início do período de distanciamento social foi positivamente relacionado ao aumento das ligações para linhas de apoio a essas vítimas. Notavelmente, as chamadas eram feitas principalmente por familiares, colegas de trabalho e amigos que denunciavam os maus-tratos, e não pelas próprias vítimas, evidenciando um aumento na solidariedade, parcialmente estimulado pela ampla campanha publicitária de combate à violência contra as mulheres promovida no país. Os autores do estudo apontam que, com o retorno completo das atividades, esperava-se uma redução na violência, mas o oposto ocorreu: as vítimas que haviam recebido apoio no início da crise de saúde perderam esse suporte, resultando em uma escalada da violência (GLOWACZ *et al*., 2024).

Nesse contexto, é crucial destacar a importância das redes de apoio e o papel dos familiares e da sociedade no combate à violência contra a mulher, especialmente em situações de crise, como a pandemia da Covid-19. De acordo com Caily Messina (2022), o espaço digital tornou-se um meio privilegiado para discussões sobre pautas antiviolência e a exposição de casos de feminicídio em todo o mundo, contribuindo para informar o público, mobilizar pessoas e influenciar a formulação de políticas públicas de proteção à mulher. Essa constatação corrobora as observações de Glowacz *et al*. (2024), que

apontam que familiares e amigos foram denunciantes essenciais dos casos de violência, embora essa rede de apoio tenha enfraquecido após o fim das restrições.

Yehuda e Ein-Tal (2024) salientam que a relação entre os casos de feminicídio e o período pandêmico é ambígua, uma vez que há países que encontram relação não significativa entre as variáveis, o que pode refletir subnotificação de casos ou ainda, o recorte espacial utilizado, ou seja, é possível que em certos locais a pandemia aumentou os casos de feminicídio, especialmente onde já havia taxas mais altas, e outros, onde não houve diferença. Considerando dados israelenses, os autores realizaram uma análise semanal, verificando se os períodos de maior confinamento coincidiam com os casos de feminicídio. Os resultados salientam que o primeiro ano da pandemia esteve positivamente relacionado aos casos de feminicídio e violência por parceiro íntimo.

No entanto, os autores supramencionados destacam que houveram regiões onde a relação entre feminicídio e o período de restrição social não foi significativa. De fato, um estudo realizado na Itália, um país que impôs fortes restrições em decorrência da crise sanitária, encontrou resultados que apontaram para uma relativa estabilidade nas taxas de feminicídio ao longo da última década, mesmo com os esforços legislativos e as medidas de confinamento impostas durante a pandemia. A análise não conseguiu evidenciar um impacto significativo das medidas de restrição social na incidência de feminicídios, contrariando a expectativa de que o confinamento pudesse ter levado a uma redução ou a um aumento nos casos. Curiosamente, o estudo revelou uma mudança no perfil dos agressores, com uma redução nos feminicídios cometidos por ex-parceiros e um aumento daqueles praticados por parceiros coabitantes durante o período de confinamento. Esses dados sugerem que as restrições de mobilidade podem ter tido um efeito protetor para algumas mulheres, limitando as interações com ex-parceiros violentos, mas também intensificaram o risco de violência letal para aquelas que conviviam com seus agressores (COCCO *et al*., 2024).

Nos Estados Unidos, dados da Comissão Nacional sobre Covid-19 e Justiça Criminal revelam um aumento de 8,1% nos incidentes de violência doméstica relatados após as ordens de bloqueio. As medidas de segurança implementadas em resposta à Covid-19, como o distanciamento social e o fechamento de escolas e empresas, permitiram que parceiros abusivos desenvolvessem novos métodos de controle coercitivo, como impedir a lavagem das mãos e ameaçar suspender o tratamento médico em caso de contaminação. Para comunidades que já enfrentavam opressões como racismo e classismo, a pandemia exacerbou os riscos de VPI, tornando a recuperação ainda mais desafiadora (SUTTON; BEECH, 2024).

Uma possível explicação para o aumento dos casos de feminicídio em associação ao período de restrição causada pela pandemia é oferecido por Cunha, Caridade e Abrunhosa Gonçalves (2024), de

que os agressores enfrentaram diversas pressões, como separação e dificuldades financeiras, além de lidar com emoções como raiva, ciúmes, ansiedade e depressão, que resultaram em casos de feminicídio por parceiro íntimo e tentativas de feminicídio por parceiro íntimo. A crise da Covid-19 e as restrições relacionadas trouxeram tensões adicionais, como isolamento social, perdas econômicas, ansiedade e medo generalizado, contribuindo para o sofrimento psicológico e o aumento do estresse e da depressão, o que elevou a probabilidade de ocorrência de feminicídios ou tentativas.

No Brasil, a relação entre a pandemia da Covid-19 e o aumento dos feminicídios tem sido objeto de investigação por diversos pesquisadores (SUNDE; SUNDE; ESTEVES, 2021; RAMOS, MORAIS; SANTOS, 2022; MARQUES; FREITAS; OLIVEIRA, 2022). No entanto, permanecem lacunas significativas, como a ausência de suporte estatal adequado para que as mulheres possam registrar denúncias de agressão. Essa situação foi agravada tanto pelo risco de contágio quanto pela dificuldade de sair de um ambiente violento. Estudos nacionais indicam um aumento nos homicídios de mulheres durante a pandemia, possivelmente em razão do confinamento imposto pelo lockdown, que forçou as vítimas a permanecerem com seus agressores. Além disso, a paralisação de atividades econômicas intensificou a dependência financeira das mulheres e exacerbou os conflitos financeiros familiares. Neste cenário de vulnerabilidade econômica e desemprego, muitas mulheres hesitaram em denunciar os abusos por medo de não conseguirem se sustentar financeiramente, o que contribuiu para a escalada da violência, levando a casos extremos de feminicídio (MONTEIRO, 2021; SUNDE; SUNDE; ESTEVES, 2021; SANTOS *et al*., 2022).

Uma pesquisa conduzida em Pernambuco, Brasil, revelou um aumento significativo nos feminicídios durante o primeiro ano da pandemia da Covid-19. A crise sanitária intensificou diversos problemas sociais, como riscos à saúde física e mental, solidão, fechamento de escolas e empresas, além da já existente vulnerabilidade econômica e desemprego. Esses fatores agravaram a violência doméstica, contribuindo de maneira substancial para o crescimento dos feminicídios no estado (SANTOS *et al*., 2022).

Além disso, um estudo realizado no estado do Mato Grosso do Sul, Brasil, identificou que o aumento dos casos de feminicídio durante a pandemia foi fortemente influenciado pelo prolongado convívio entre as vítimas e seus agressores, imposto pelas medidas de isolamento social, conforme já destacado pela literatura internacional. Esse cenário dificultou o acesso das mulheres a orientação e apoio estatal (MARQUES; FREITAS; OLIVEIRA, 2022). Outros estudos também apontaram fatores adicionais que contribuíram para o aumento dos feminicídios durante a pandemia, incluindo dificuldades para registrar queixas devido ao confinamento, restrições de mobilidade física e o medo de exposição e retaliação (SUNDE; SUNDE; ESTEVES, 2021).

No estado de São Paulo, uma pesquisa conduzida pelo Banco Mundial avaliou o impacto do auxílio financeiro fornecido pelo governo durante a pandemia. Os resultados mostraram que esse suporte foi crucial para mitigar o aumento do risco de feminicídio. O estudo destacou que o auxílio financeiro ajudou a aliviar o estresse econômico, um dos principais fatores associados à violência contra a mulher, o que também vai ao encontro da literatura internacional que discute os fatores psicossociais relacionados com a violência (THE WORLD BANK, 2022).

Conforme estudo realizado por Souza e Nascimento (2021), o estado de Roraima apresentou aumentos preocupantes de casos de feminicídio, superiores às média nacional e estaduais. As autoras destacam a importância do trabalho de peritos de cenas de crime para a correta classificação dos casos de feminicídios, apontando estes profissionais como as últimas vozes das vítimas. Apresentam que a maioria dos casos brasileiros ocorrem dentro das casas, e em menor medida, no emprego da vítima, com a utilização de meios cruéis para a execução do crime, como vários tipos de modos de agressão (armas brancas, golpes, esganadura etc.), lesões em todo o corpo, especialmente rostos e pescoços.

No bojo das problemáticas relacionadas ao aumento dos casos de feminicídio e violência doméstica, encontra-se a subnotificação dos casos, que já era uma realidade no país, mas se intensificou no período pandêmico. Em muitos casos, as agressões não são registradas nas estatísticas oficiais, porque as vítimas, por medo dos agressores, especialmente quando há dependência financeira ou emocional, não as reportam (CUNHA, 2022). A subnotificação pode levar à impressão errônea de que não houve um aumento real nos casos de feminicídio durante o período pandêmico. Na realidade, a aparente falta de dados pode resultar da dificuldade em registrar e classificar adequadamente os casos devido ao sobrecarga dos profissionais de saúde com questões relacionadas à pandemia, e não necessariamente de uma redução na violência.

Além disso, os serviços destinados às mulheres em situação de violência frequentemente falham em abordar as causas subjacentes do problema, o que dificulta um enfrentamento eficaz. Durante a pandemia da Covid-19, essa situação se agravou: o aumento dos casos de violência foi acompanhado por uma redução nas denúncias, pois muitas mulheres, confinadas em casa e convivendo diariamente com seus agressores, encontraram ainda mais dificuldades para buscar ajuda (SUNDE; SUNDE; ESTEVES, 2021; FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2020).

Assim, durante a pandemia da Covid-19, além do aumento nos casos de violência e da redução nas denúncias, a ausência de medidas econômicas eficazes para lidar com o isolamento social também merece destaque. Essa carência de suporte econômico agravou a situação das mulheres em vulnerabilidade, contribuindo para o crescimento dos casos de feminicídio. A pandemia não só exacerbou os problemas de subnotificação, como também evidenciou as falhas nas redes de proteção,

que não conseguiram oferecer a assistência necessária às vítimas em um momento de maior risco (SOUZA, 2022). Esses fatores reforçam a necessidade de repensar as estratégias de enfrentamento à violência doméstica e de melhorar os mecanismos de denúncia e apoio às mulheres.

De fato, a pandemia dificultou o acesso das vítimas a locais de apoio. Conforme Oliveira e Nascimento (2020), durante esse período, muitos serviços emergenciais de combate à violência doméstica ficaram praticamente sem funcionalidade. Os prontos-socorros priorizavam casos de Covid-19, o que desestimulava as mulheres agredidas a buscarem esse recurso. Além disso, os processos judiciais se tornaram mais demorados, aumentando a vulnerabilidade das mulheres. Os locais de acolhimento passaram a operar de forma remota, frequentemente direcionando as vítimas apenas para a Delegacia de Defesa da Mulher, o que muitas vezes levava à desistência de buscar ajuda.

Em suma, os estudos revisados destacam a necessidade urgente de divulgar amplamente as leis e princípios relacionados aos direitos humanos e à proteção das mulheres, assim como as medidas de apoio disponíveis, como canais de denúncia e redes de atendimento gratuito. Como o feminicídio é uma questão de saúde pública, é responsabilidade do Estado implementar estratégias eficazes para combatê-lo. Entre essas estratégias estão o investimento em educação e cultura para transformar as percepções sociais sobre papéis de gênero; a criação de mecanismos virtuais que garantam acesso fácil à informação e às formas de denúncia; a capacitação de profissionais para atender adequadamente às demandas das vítimas; e o suporte socioeconômico para promover a autonomia financeira das mulheres e sua saída de ambientes de violência (MARQUES; FREITAS; OLIVEIRA, 2022).

METODOLOGIA

Esta pesquisa adota uma abordagem metodológica quantitativa baseada no modelo econométrico de dados em painel dinâmico. A crescente adoção do método de dados em painel pode ser atribuída a vários fatores, incluindo a melhoria na disponibilidade de dados ao longo do tempo, o que permite análises mais extensas. Esse método é vantajoso em comparação com análises de corte transversal ou dados de séries temporais de uma única unidade, pois oferece uma visão mais detalhada da complexidade dos comportamentos individuais. Além disso, o uso de dados em painel proporciona inferências mais precisas devido ao aumento dos graus de liberdade e à maior variabilidade na amostra (HSIAO, 2022).

Bond (2002) destaca que as relações sociais são inerentemente dinâmicas, e mesmo que os coeficientes das variáveis defasadas não sejam o foco principal da pesquisa, como é o caso deste estudo, a consideração da dinâmica é crucial para assegurar a precisão dos demais parâmetros. O modelo

dinâmico, portanto, possibilita a análise do comportamento das taxas de feminicídio no tempo e permite o controle de potenciais relações endógenas entre as variáveis.

Cabe destacar que a relação dinâmica se caracteriza pela variável dependente defasada presente entre as variáveis independentes do modelo,

$$y_{it} = y_{i,t-1} + \beta x'_{it} + u_{it} \qquad i = 1, \dots, N \; t = 1, \dots, T \qquad (1)$$

Onde:

x'_{it} são as variáveis dependentes do modelo, β é o vetor dos parâmetros estimados e u_{it} o componente de erro.

O componente de erro, é definido por:

$$u_{it} = \mu_{it} + v_{it} \qquad (2)$$

Em que $\mu_{it} \sim IID(0, \sigma_{\mu}^2)$ e $v_{it} \sim IID(0, \sigma_{v}^2)$ são independentes entre si. Os efeitos fixos individuais de cada unidade de análise, representados por μ_{it}, permanecem constantes ao longo do tempo, enquanto v_{it} corresponde aos efeitos aleatórios que variam com o tempo. Nota-se que a regressão possui duas fontes de inércia que precisam ser corrigidas: a autocorrelação, devido à inclusão da variável dependente defasada entre os explicadores, e os efeitos individuais que refletem a heterogeneidade entre as unidades.

Considerando que y_{it} é uma função de μ_{it}, a variável $y_{i,t-1}$ também depende de μ_{it}. Portanto, quando a variável defasada é incorporada ao lado direito dos regressores, ela se correlaciona com o termo de erro. Por isso, o estimador de Mínimos Quadrados Ordinários pode resultar em estimativas tendenciosas e inconsistentes para o modelo, mesmo que o erro v_{it} não apresente correlação serial (BATALGI, 2008).

Para assegurar a robustez do modelo, foram realizados dois testes: de correlação serial de Arellano e Bond, que avalia a presença de autocorrelação serial nos erros em primeira diferença; e o teste de Sargan, que examina a validade dos instrumentos utilizados por meio da verificação de sobreidentificação. Assim, a equação estimada foi:

$$txmorteagressaomulher = \beta_1 txmorteagressaomulher_{i,t-1} + \beta_2 txmorteagressaomulher_{i,t-2} + \beta_3 covid_{i,t} + \beta_4 urb_{i,t} + \beta_5 gastoesporte_{i,t} + \beta_6 escliqem_{i,t} + \beta_7 txemprego_{i,t} + \beta_8 gastosaude_{i,t} + \beta_9 idade1524_{i,t} + \beta_{10} rendmedio_{i,t} + \beta_{11} transbf_{i,t} + u_{i,t} \quad (1)$$

i = 1, 2, ... 853; e t = 2013, ... 2021.

Em que:

$txmorteagressaomulher$ é a variável dependente do modelo e representa a taxa de feminicídios por 100.000 habitantes do i-ésimo município mineiro no período t; $txmorteagressaomulher_{i,t-i}$ representam a taxa de feminicídios nos períodos t-1 e t-2.

As demais variáveis explicativas foram determinadas com base na literatura que versa sobre o tema e estão apresentadas no Quadro 1.

Quadro 1 - Variáveis utilizadas na estimação do modelo econométrico

Variável	Descrição	Sinal esperado
$txmorteagressaomulher_{t-1}$	Razão entre o número absoluto de vítimas de agressões por causas externas e a população do município, multiplicada por 100.000, defasada em um período.	Negativo
$txmorteagressaomulher_{t-2}$	Razão entre o número absoluto de vítimas de agressões por causas externas e a população do município, multiplicada por 100.000, defasada em dois períodos.	Positivo
$covid$	*Dummy* para controle do período da Covid-19, que assume 1 para 2020 e 2021; e 0 para o período 2013-2019.	Indeterminado
urb	Razão entre o número total de pessoas residentes na área urbana do município e a sua população residente total.	Negativo
$gastoesporte$	Gasto per capita com esporto e lazer (deflacionados via INPC a preços de 2021).	Negativo
$escliqem$	Razão entre o número de pessoas de 15 a 17 anos de idade matriculadas no ensino médio e a população total nessa faixa etária, multiplicada por 100.	Positivo
$txemprego$	Número de empregados no setor formal, em 31 de dezembro, dividido pela população na faixa etária de 16 a 64 anos.	Positivo
$gastosaude$	Gasto per capita com atividades de saúde (deflacionados via INPC a preços de 2021).	Indeterminado
$idade1524$	Proporção de indivíduos com idade entre 15 e 24 anos (população entre 15 e 24 anos dividida pela população total do município).	Positivo
$rendmedio$	Rendimento médio no setor formal.	Negativo
$transfbf$	Transferências per capita - Bolsa Família.	Positivo

Fonte: Elaboração própria.

Os dados dos 853 municípios mineiros, abrangendo o período de 2013 a 2021, foram utilizados neste estudo. Todos os dados foram coletados a partir do Índice Mineiro de Responsabilidade Social (IMRS), uma base de dados criada em 2004 pela Fundação João Pinheiro, que retrata dimensões como assistência social, educação, segurança pública, habitação, saneamento, transporte e lazer no estado de Minas Gerais.

A escolha desse intervalo temporal se deve à completa disponibilidade dos dados necessários para o modelo. Para a construção do painel de dados, as variáveis foram inicialmente baixadas em arquivos separados por ano e, em seguida, integradas em um único conjunto de dados, permitindo a organização dos municípios de forma empilhada.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Análise descritiva

A análise descritiva dos dados oferece uma visão geral das variáveis utilizadas na estimação do modelo econométrico, ampliando assim a compreensão da amostra do estudo. A Tabela 1 a seguir apresenta as principais métricas estatísticas das variáveis selecionadas, incluindo a média, o desvio padrão, e os valores mínimo e máximo.

Tabela 1 - Estatísticas descritivas das variáveis utilizadas na estimação do modelo econométrico

Variáveis	Média	Desvio padrão	Mínimo	Máximo
txmorteagressaomulher	1,575824	4,52341	0	56,49717
covid	0,1392661	0,346249	0	1
urb	73,17473	17,01712	18,36	100
gastoesporte	25,26327	42,66356	0	1323,47
escliqem	62,85096	13,6604	0	100
txemprego	21,23278	12,57312	2,7	146,8
gastosaude	702,8309	337,8358	0	4497,47
idade1524	0,1587234	0,0076759	0,1344581	0,1798986
rendmedio	1549,069	415,6654	232,76	5189,99
transfbf	17,66903	16,35836	0,78	136,83

Fonte: Elaboração própria.

Inicialmente, é importante salientar que o estado de Minas Gerais apresenta expressiva heterogeneidade socioeconômica, com grandes diferenças regionais no que se refere a variáveis socioeconômicas (MOURA; JACINTO, 2020). De fato, verifica-se grande variabilidade em algumas variáveis inseridas no modelo, tais como a própria variável dependente e a de gastos com esportes, que apresentam desvios padrão superiores à média.

Assim, a taxa de feminicídios por 100 mil habitantes foi de 1,58, entretanto, foram registrados valores que variaram entre 0 e 56,5, o que evidencia a grande variabilidade dos dados no estado. No que se refere à urbanização, destaca-se taxa elevada, cuja média foi de 73,17%, o que evidencia um estado maioritariamente urbano.

Os gastos per capita médio com esporte e lazer foram de 25,26 reais, com desvio padrão superior à média e expressiva amplitude total. Já os gastos com saúde apresentam valores mais elevados, com uma média de 702,83 reais e um desvio padrão mais baixo que a média. Destaca-se a discrepância entre os valores destinados ao esporte e lazer e à saúde. A escolarização líquida do ensino médio, que varia de 0 a 100%, apresentou média de 62,85%.

A taxa de emprego do setor formal foi de 21,23 no período de 2013 a 2021. Por sua vez, a renda média no setor formal foi superior a um salário-mínimo, 1549,07 reais e a transferência de renda por meio do programa Bolsa Família foi de 17,67 reais. Por fim, destaca-se que a população com idades entre 15 e 24 anos foi de 15,87%, evidenciando o encolhimento da população jovem no Brasil (IBGE, 2022).

RESULTADOS ECONOMÉTRICOS

Nesta seção, são apresentados os resultados do modelo econométrico estimado para analisar a relação entre o período relativo à pandemia da Covid-19 e as taxas de feminicídios. Para a validação dos instrumentos, que são a própria variável defasada em dois períodos utilizados no modelo, foi realizado o teste de Sargan, que confirmou que são válidos e para a verificação da correlação serial foi realizado o teste de Arellano e Bond, que confirmou a ausência de correlação serial dos erros em primeira diferença. Ademais, o rendimento médio foi incluído no modelo como variável endógena. Assim, a tabela 2 apresenta os resultados do modelo estimado.

Tabela 2 - Resultados econométricos

Variáveis	Coeficientes
$txmorteagressaomulher_{t-1}$	0,0379254* (0,0211099)
$txmorteagressaomulher_{t-2}$	0,0127702 ^{NS} (0,0175388)
$covid$	1,611675*** (0,3339572)
urb	-0,0015915^{NS} (0,0057305)
$gastoesporte$	-0,0059853^{NS} (0,0026029)
$escliqem$	0,0127702^{NS} (0,00901)
$txemprego$	-0,0514843^{NS} (0,0213857)
$gastosaude$	0,0004108^{NS} (0,000376)
$idade1524$	72,32013*** (21,36738)
$rendmedio$	0,0010483^{NS} (0,0005261)
$transfbf$	-0,0441809*** (0,00947)

Fonte: Elaboração própria.

Nota: a) (***) 1% de significância estatística, (**) 5% de significância estatística, (*) 10% de significância estatística e (NS) refere-se a não significativo do ponto de vista estatístico; b) erro padrão entre parênteses.

Como pode ser verificado na tabela 2, as variáveis significativas foram: $txmorteagressaomulher_{t-1}$, $covid$, $idade1524$ e $transfbf$. Enquanto $txmorteagressaomulher_{t-2}$, urb,

gastoesporte, *escliqem*, *txemprego*, *gastosaude* e *rendmedio* não foram significativas estatisticamente a 10%.

A variável de maior interesse neste trabalho, a que controla os efeitos da Covid-19 nos feminicídios, apresentou sinal positivo e foi significativa, apontando que o período representou elevação de 1,61% nas taxas de feminicídios no estado de Minas Gerais durante o período compreendido entre 2013 e 2021. O período pandêmico trouxe importantes restrições sociais, o que conforme Silva *et al*. (2020) fez com que aumentasse os casos de violência doméstica por meio de alguns mecanismos, tais como a instabilidade econômica, causada pela redução da atividade econômica; o uso e abuso de álcool e outras drogas, que passa a ocorrer com mais frequência no âmbito doméstico; e o enfraquecimento da rede de apoio das mulheres, dada a restrição de contato pessoal.

Destaca-se ainda que a pandemia reforçou fragilidades, que já estavam presentes na sociedade, como a desigualdade de gênero, o comportamento machista, as relações assimétricas e abusivas de poder e a exclusão de grupos minoritários. Assim, através destes canais, a violência que já existia se intensifica, pois as mulheres ficaram retidas dentro de suas casas juntamente com seus agressores. Essa convivência em maior período prejudica o manejo de problemas cotidianos e aumenta as agressões domésticas (MARCOLINO *et al*., 2021).

Cumpre ressaltar ainda que o aumento dos casos de feminicídios impulsionados pela Covid-19 ocorreu conforme o esperado e já previsto por autores que estudam o assunto. De fato, Standish e Weil (2021) apontaram que enquanto os casos de homicídios masculinos reduziram, porque ocorrem em sua maioria nas ruas, o feminicídio aumentou em todo o mundo, porque na maioria dos casos o perpetrador é o parceiro íntimo da vítima, com quem ela precisa ficar confinada em casa, como já salientado.

Logo, esse resultado vai ao encontro da literatura internacional, que apontara relação positiva entre o período de confinamento causado pela pandemia da Covid-19 e os casos de feminicídio, vide Bardales Mendoza, Meza Díaz e Carbajal (2022) e Cantor, Salas e Torres (2022), que apontaram ainda que os casos de feminicídio ocorrem em razão do aumento da violência doméstica, que apresentam rápida escalada até a expressão máxima da violência, o homicídio.

Com relação à defasagem da variável dependente, tem-se que sua elevação em 1% aumenta em 3,79% a taxa de feminicídio no período corrente, entretanto, quando se aumenta a defasagem para dois períodos, ela deixa de ser significativa. Este resultado confirma o efeito inércia que existe nos casos de homicídios, e especificamente, nos casos de feminicídios (SOARES; FERRO; TEIXEIRA, 2022). De acordo com Carvalho (2023), a inércia no enfrentamento dos feminicídios pode ser explicada por dois fatores principais: a elevada prevalência de homicídios não resolvidos e as penalidades brandas aplicadas aos criminosos. Essas condições favorecem a entrada de novos agressores no circuito criminal.

Como resultado, a taxa de feminicídios em um período tende a influenciar a taxa futura. Isso ressalta a necessidade de implementar políticas de mitigação com uma perspectiva de longo prazo. Se os crimes atuais não são adequadamente punidos, isso pode encorajar novos feminicidas a agir, perpetuando o ciclo de violência.

A proporção de pessoas jovens, representada pela faixa etária de 15 a 24 anos, no total da população municipal também foi considerada na análise e foi significativa no modelo, com magnitude de 72,32%. O resultado positivo e significativo sinaliza que em municípios com maior população jovem, há mais feminicídios. A literatura evidencia que as jovens adultas estão mais vulneráveis à violência. De fato, o estudo realizado por Sorrentino *et al*. (2020) acerca dos motivos de feminicídio em diferentes faixas etárias, aponta que entre as mulheres mais jovens, as principais causas são ciúmes, brigas e incapacidade do perpetrador de aceitar o fim do relacionamento ou início de outro relacionamento da vítima. Já entre as mulheres mais velhas, o principal motivo diz respeito à doenças físicas e mentais dos cônjuges. Assim, localidades onde há maior proporção de jovens são mais propensas à ocorrência de feminicídios, uma vez que muitas das vítimas e perpetradores desta violência são adultos jovens (SOARES; MELO; BEVILACQUA, 2024).

A variável de transferências *per capita* do Programa Bolsa Família também foi significativa a 1%, sendo que sua elevação em 1%, reduz em 4,4% as taxas de feminicídio. Este resultado é corroborado por Machado *et al*. (2024), que verificam que as transferências de renda se associam negativamente com a violência contra mulheres, por meio da autonomia financeira de mulheres pobres e extremamente pobres e redução dos conflitos relacionados à renda. Além disso, Baranov *et al*. (2021) destacam que a redução dos casos de feminicídio mediadas pela transferência de renda pode ocorrer através da garantia de condições mínimas para que as mulheres saiam do relacionamento ou da redução do estresse doméstico, que consequentemente reduz a violência e a morte.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo verificar a relação entre a taxa de feminicídio por 100 mil habitantes e a ocorrência da Covid-19 no estado de Minas Gerais. Para isso, foram utilizados dados dos municípios mineiros para o período compreendido entre 2013 e 2021. O método utilizado para alcançar o objetivo proposto foi o de dados em painel dinâmico.

Os resultados indicam que a pandemia da Covid-19 exerceu influência positiva nas taxas de feminicídios em Minas Gerais, o que é corroborado pela literatura. São discutidos mecanismos pelos

quais essa relação foi estabelecida, tais como maior tempo de convivência entre vítima e agressor, aumento da tensão doméstica, abuso de álcool e outras substâncias, além do estresse financeiro.

Também foram significativas na análise as variáveis de proporção de pessoas de 15 a 24 anos na população e as transferências *per capita* do programa Bolsa Família. A proporção de jovens apresentou resultado positivo, ressaltando a vulnerabilidade a que mulheres mais jovens estão expostas. Por outro lado, as transferências de renda apresentaram resultado negativo, indicando que maiores níveis de transferência estão associados a menores taxas de feminicídio, o que evidencia a importância desta política para a redução dos casos extremos de violência contra a mulher.

Estes resultados são importantes em termos de políticas públicas, especialmente no contexto de situações de confinamento forçado, como a pandemia de Covid-19. A pesquisa destaca a necessidade urgente de medidas de mitigação da violência doméstica contra mulheres durante períodos de isolamento, que podem intensificar o conflito intrafamiliar. A pandemia exemplifica como doenças e crises podem exacerbar a violência doméstica. Como sugestão de continuidade dessa pesquisa, cita-se o recorte etário na variável dependente, com vistas a verificar se de fato as mulheres mais jovens são mais vulneráveis ao feminicídio no caso brasileiro.

REFERÊNCIAS

ARENAS-ARROYO, E.; FERNANDEZ-KRANZ, D.; NOLLENBERGER, N. “Can’t Leave You Now! Intimate Partner Violence under Forced Coexistence and Economic Uncertainty”. **Institute of Labor Economics** [2020]. Disponível em: <www.ssrn.com>. Acesso em: 23/03/2024.

BALTAGI, B. H. **Econometric analysis of panel data**. London: John Wiley and Sons, 2008.

BARANOV, V. *et al*. “Theoretical underpinnings and meta-analysis of the effects of cash transfers on intimate partner violence in low-and middle-income countries”. **The Journal of Development Studies**, vol. 57, n. 1, 2021.

BARDALES MENDOZA, O. T.; MEZA DÍAZ, R.; CARBAJAL, M. “Feminicide violence before and during the CoViD-19 health emergency”. **Violence and Gender**, vol. 9, n. 1, 2022.

BOND, S. R. “Dynamic panel data models: a guide to micro data methods and practice”. **Portuguese Economic Journal**, vol. 1, 2002.

BRASIL. **Lei n. 13.104, de 09 de março de 2015**. Brasília: Planalto, 2015. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 23/03/2024.

CAILY MESSINA, B. “Breaking the silence on femicide: How women challenge epistemic injustice and male violence”. **The British Journal of Sociology**, vol. 73, n. 4, 2022.

CANTOR, E.; SALAS, R.; TORRES, R. "Femicide and attempted femicide before and during the COVID-19 pandemic in Chile". **International Journal of Environmental Research and Public Health**, vol. 19, n. 13, 2022.

CARVALHO, L. D. S. **Relações entre desemprego e homicídios consumados no Brasil**: um estudo a partir de recortes de sexo e raça para os anos de 2012 a 2019 (Dissertação de Mestrado em Economia Aplicada). Viçosa: UFV, 2023.

CASTILLO, J. G.; MOSCOSO, B. "COVID-19 Pandemic and Violence: Contagions and Curfew Policy on Female Homicides". **Violence and Gender**, vol. 9, n. 4, 2022.

COCCO, E. *et al*. "The Devil in the Details: Changes Under Stable Trends of Femicide in Italy During COVID-19 Lockdowns". **Journal of Contemporary Criminal Justice**, vol. 40, n. 2, 2024.

CUNHA, O.; CARIDADE, S.; ABRUNHOSA GONÇALVES, R. "Understanding Intimate Partner Femicide and Attempted Intimate Partner Femicide During and After COVID-19: A Comprehensive Strain-Based Approach". **Journal of Contemporary Criminal Justice**, vol. 40, n. 2, 2024.

CUNHA, P. M.; **Violência contra mulheres brasileiras**: estimação de subnotificações e impacto da COVID-19 sobre os estupros, lesões corporais e feminicídios (Dissertação de Mestrado em Economia). João Pessoa: UFPB, 2022.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Violência contra meninas e mulheres no 1º semestre de 2022**. São Paulo: FBSP, 2022. Disponível em: <www.forumseguranca.org.br>. Acesso em: 12/02/2024.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Violência Doméstica Durante Pandemia de Covid-19**. São Paulo: FBSP, 2020. Disponível em: <www.forumseguranca.org.br>. Acesso em: 12/02/2024.

GLOWACZ, F. *et al*. **IPV-DACOVID**: Intimate Partner Violence During and After Covid. Final report-Belspo Brain-be 2.0. Belgium: Belspo.be. 2024.

HSIAO, C. **Analysis of panel data**. Cambridge: Cambridge University Press, 2022.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. "Conheça o Brasil – População. Pirâmide etária". **IBGE** [2022]. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 12/02/2024.

JARA, J. N. F. **Contexto de violencia contra la mujer y el feminicidio en tiempos de pandemia covid 19 en el país 2021** (Tesis de Maestría en Derecho). Huacho: Universidad Nacional José Faustino Sánchez Carrión, 2023.

MACHADO, D. B. *et al*. "The relationship between cash-based interventions and violence: a systematic review and evidence map". **Aggression and Violent Behavior**, vol. 75, 2024.

MARCOLINO, E. C. *et al*. "O distanciamento social em tempos de Covid-19: uma análise de seus rebatimentos em torno da violência doméstica". **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, vol. 25, 2021.

MARQUES, H. R.; FREITAS, T. B.; OLIVEIRA, C. V. "O aumento nos casos de feminicídio no âmbito doméstico devido a pandemia do Covid-19". **Revista Augustus**, vol. 29, n. 56, 2022.

MONTEIRO, I. M. S. **Análise dos efeitos da pandemia de covid-19 na prática do feminicídio**: reflexões a partir do enfrentamento da violência contra a mulher no Ceará (Dissertação de Mestrado em Direito). Fortaleza: Unichristus, 2021.

MOSCOSO, B. "Femicides: laws, women empowerment, and retaliation effects". **Social Science Research Network** [2021]. Disponível em: <www.ssrn.com>. Acesso em: 12/02/2024

MOURA, G. M.; JACINTO, P. A. "Discriminação por sexo e a heterogeneidade regional: A associação do diferencial salarial com as divergências regionais". **Anais do 48º Encontro Nacional de Economia**. São Paulo: ANPEC, 2020.

OLIVEIRA, B. S.; NASCIMENTO, F. L. "Pandemia da Covid-19 e a Violência Doméstica no Brasil e em Roraima". **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 4, n. 10, 2020.

RAMOS, B. A.; MORAIS, D. S.; SANTOS, A. C. "Violência contra a mulher no Brasil: uma análise do aumento do número de casos de feminicídio no Brasil em momento de pandemia". **Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento**, vol. 12, 2022.

RASHID SORON, T. *et al*. "Domestic violence and mental health during the COVID-19 pandemic in Bangladesh". **JMIR Formative Research**, vol. 5, n. 9, 2021.

SANTOS, E. T. M. *et al*. "Female Homicide and the COVID-19 Pandemic in a State of the Northeast Region of Brazil". **Sage Journals**, vol. 26, n. 4, 2022.

SENHORAS, C. A. B. M. "Revisitando o "FEMINICÍDIO# INVISIBILIDADEMATA". **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 6, n. 17, 2021.

SILVA, A. F. *et al*. "Elementos precipitadores/intensificadores da violência conjugal em tempo da Covid-19". **Ciência e Saúde Coletiva**, vol. 25, 2020.

SOARES, L.; FERRO, W. C.; TEIXEIRA, E. C. "Determinantes socioeconômicos dos feminicídios no Brasil". **Humanas Sociais e Aplicadas**, vol. 12, n. 35, 2022.

SOARES, M. Q.; DE MELO, C. M.; BEVILACQUA, P. D. "Femicide during pregnancy and postpartum period by an intimate partner: An integrative review". **Aggression and Violent Behavior**, vol. 76, 2024.

SORRENTINO, A. *et al*. "Femicide fatal risk factors: A last decade comparison between Italian victims of femicide by age groups". **International journal of environmental research and public health**, vol. 17, n. 21, 2020.

SOUZA, B. P. **Feminicídio no Brasil os efeitos do isolamento em razão da pandemia da Covid-19** (Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Direito). Brasília: CEUB, 2022.

SOUZA, C. S.; NASCIMENTO, F. L. "Feminicídio e a pandemia da covid-19: perícia criminal e a tipificação do crime de violência de gênero no direito". **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 6, n. 17, 2021.

STANDISH, K.; WEIL, S. "Gendered pandemics: suicide, femicide and COVID-19". **Journal of Gender Studies**, vol. 30, n. 7, 2021.

SUNDE, R. M.; SUNDE, L. M. C.; ESTEVES, L. F. “Feminicídio durante a pandemia da COVID-19”. **Oikos: Família e Sociedade em Debate**, vol. 32, n. 1 2021.

SUTTON, A.; BEECH, H. “The impact of stay-at-home orders on safety and stability for women: A topical review of intimate partner violence and intimate femicide in the United States during the initial phase of COVID-19”. **Journal of Family Violence**, vol. 39, n. 5, 2024.

THE WORLD BANK. **Covid-19 e Feminicídios no Brasil**. Washington: World Bank, 2022. Disponível em: <www.worldbank.org>. Acesso em: 01/03/2024.

YEHUDA, L.; EIN-TAL, I. “Femicide and Domestic Violence Against Women During the First Year of the COVID-19 Pandemic: The Israeli Case”. **Journal of Contemporary Criminal Justice**, vol. 40, n. 2, 2024.



BOLETIM DE CONJUNTURA (BOCA)

Ano VI | Volume 19 | Nº 56 | Boa Vista |2024

http://www.ioles.com.br/boca

Editor chefe:

Elói Martins Senhoras

Conselho Editorial

Antonio Ozai da Silva, Universidade Estadual de Maringá

Vitor Stuart Gabriel de Pieri, Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Charles Pennaforte, Universidade Federal de Pelotas

Elói Martins Senhoras, Universidade Federal de Roraima

Julio Burdman, Universidad de Buenos Aires, Argentina

Patrícia Nasser de Carvalho, Universidade Federal de Minas Gerais

Conselho Científico

Claudete de Castro Silva Vitte, Universidade Estadual de Campinas

Fabiano de Araújo Moreira, Universidade de São Paulo

Flávia Carolina de Resende Fagundes, Universidade Feevale

Hudson do Vale de Oliveira, Instituto Federal de Roraima

Laodicéia Amorim Weersma, Universidade de Fortaleza

Marcos Antônio Fávaro Martins, Universidade Paulista

Marcos Leandro Mondardo, Universidade Federal da Grande Dourados

Reinaldo Miranda de Sá Teles, Universidade de São Paulo

Rozane Pereira Ignácio, Universidade Estadual de Roraima